

---

***Centrais Elétricas da  
Paraíba S.A. - EPASA***  
***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2023  
e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e Acionistas  
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

---

#### **Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 15 de fevereiro de 2024

*PricewaterhouseCoopers*  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by:  
*Patricia Seoane*  
Signed By: PATRICIA SEOANE AZEVEDO BIONDI:00852710550  
CPF: 00852710550  
Signing Time: 15 February 2024 | 20:09 BRT

ICP Brasil  
Patricia Seoane Azevedo Biondi  
Contadora CRC 1BA040103/O-0

**Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA****Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Em milhares de Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	243.076	299.182	Fornecedores	15	5.264	6.487
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8	78.512	42.422	Taxas e contribuições	16	3.852	2.771
Tributos a compensar	9	28.451	17.278	Passivo fiscal corrente	10	45.584	48.368
Estoques	11	40.830	54.781	Obrigações com pessoal		1.402	1.635
Outros créditos	12	10.680	23.668	Outras contas a pagar	18	11.955	24.203
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>401.550</b>	<b>437.331</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>68.057</b>	<b>83.463</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	18	26	12	Débitos fiscais diferidos	19	38.504	64.909
Outros créditos	12	1.412	2.520	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	750	750
Imobilizado	13	91.011	181.364	Outras contas a pagar	18	-	52
Intangível	14	2.809	5.137	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>39.254</b>	<b>65.711</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>95.258</b>	<b>189.033</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	20		
				Capital social		61.413	161.413
				Reservas de lucros		328.084	315.777
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>389.497</b>	<b>477.190</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>496.808</b>	<b>626.364</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>496.808</b>	<b>626.364</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA****Demonstração do resultado**

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2023	2022
<b>Receita operacional líquida</b>	21	<b>352.131</b>	<b>311.259</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
Custo de operação	23	(165.713)	(134.980)
Custo com energia elétrica	22	(29.244)	(26.900)
<b>Lucro bruto</b>		<b>157.174</b>	<b>149.379</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Reversão (Perda) por redução ao valor recuperável do contas a receber	23	13	11
Despesas gerais e administrativas	23	(9.887)	(11.900)
Outras (despesas) receitas operacionais	23	(310)	(155)
<b>Lucro operacional</b>		<b>146.990</b>	<b>137.335</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>			
Receitas financeiras	24	30.387	34.865
Despesas financeiras	24	(824)	(4.958)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>29.563</b>	<b>29.907</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>176.553</b>	<b>167.242</b>
Imposto de renda	19	(16.927)	(16.373)
Contribuição social	19	(15.882)	(15.085)
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(32.809)</b>	<b>(31.458)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>143.745</b>	<b>135.783</b>
<b>Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas (Em Reais)</b>		<b>1,51</b>	<b>0,54</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA****Demonstração do resultado abrangente**  
(Em milhares de Reais)

---

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>143.745</b>	<b>135.783</b>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>143.745</u></b>	<b><u>135.783</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA****Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>Reservas de lucros</u>					Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>221.413</b>	<b>44.282</b>	<b>200.507</b>	<b>61.593</b>	<b>-</b>	<b>527.794</b>
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior	20	-	-	-	(61.593)	-	(61.593)
Redução de capital social	20	(60.000)	-	-	-	-	(60.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	135.783	135.783
<i>Destinação do lucro:</i>							
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração	20	-	-	27.567	-	(27.567)	-
Dividendos antecipados propostos (R\$ 0,258 por ação) e pagos	20	-	-	-	-	(64.794)	(64.794)
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais propostos	20	-	-	-	43.422	(43.422)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>161.413</b>	<b>44.282</b>	<b>228.074</b>	<b>43.422</b>	<b>-</b>	<b>477.190</b>
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior	20	-	-	-	(43.422)	-	(43.422)
Redução de capital social	20	(100.000)	-	-	-	-	(100.000)
Utilização de reserva legal		-	(32.000)	-	-	-	(32.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	143.745	143.745
<i>Destinação do lucro:</i>							
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração	20	-	-	27.272	-	(27.272)	-
Dividendos antecipados propostos (R\$ 0,587 por ação) e pagos	20	-	-	-	-	(56.018)	(56.018)
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais propostos	20	-	-	-	60.455	(60.455)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>61.413</b>	<b>12.282</b>	<b>255.346</b>	<b>60.455</b>	<b>-</b>	<b>389.497</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Demonstração dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>176.553</b>	<b>167.242</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização	13 e 14	92.657	91.322
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	-	(50)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	8	5	(5)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	24	-	4.582
		<b>269.215</b>	<b>263.090</b>
<b>Variações nos ativos operacionais:</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias		(36.096)	106.781
Tributos a compensar		(11.173)	13.199
Depósitos judiciais		(14)	2
Estoques		13.950	8.931
Outros créditos		14.500	18.330
<b>Variações nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores		(1.224)	(19.705)
Outros tributos e contribuições sociais		41.225	44.303
Impostos correntes		(13.683)	(13.257)
Débito fiscal diferido		(26.405)	(29.948)
Outros passivos operacionais		(12.532)	(6.772)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>237.764</b>	<b>384.954</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(62.051)	(16.204)
Encargos de dívidas pagos		-	(2.727)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>175.713</b>	<b>366.023</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aquisições de imobilizado e intangível	13 e 14	(179)	(1.623)
Alienação de imobilizado e intangível	13 e 14	204	88
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	12	(404)	(202)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos</b>		<b>(379)</b>	<b>(1.737)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>			
Amortização de principal de empréstimos		-	(43.756)
Redução de capital		(100.000)	(60.000)
Dividendos pagos		(131.439)	(126.387)
<b>Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamentos</b>		<b>(231.439)</b>	<b>(230.143)</b>
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(56.106)</b>	<b>134.142</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		299.182	165.040
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		243.076	299.182
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(56.106)</b>	<b>134.142</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Demonstração dos valor adicionado

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
<b>1 - Receita</b>	<b>376.480</b>	<b>350.681</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	393.334	347.711
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	(16.867)	2.965
1.3 Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	13	5
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(78.922)</b>	<b>(68.465)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(32.225)	(29.638)
2.2 Material	(37.299)	(16.627)
2.3 Serviços de terceiros	(2.381)	(16.310)
2.4 Outros	(7.017)	(5.890)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>297.558</b>	<b>282.216</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(92.690)</b>	<b>(91.322)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(92.690)	(91.322)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>204.869</b>	<b>190.894</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>31.869</b>	<b>36.558</b>
6.1 Receitas financeiras	31.869	36.558
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>236.738</b>	<b>227.452</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>19.689</b>	<b>18.804</b>
8.1.1 Remuneração direta	12.875	12.722
8.1.2 Benefícios	5.665	4.920
8.1.3 FGTS	1.149	1.162
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>72.697</b>	<b>68.083</b>
8.2.1 Federais	72.615	67.992
8.2.2 Estaduais	-	-
8.2.3 Municipais	82	92
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>607</b>	<b>4.782</b>
8.3.1 Juros	540	4.717
8.3.2 Aluguéis	66	65
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>143.745</b>	<b>135.783</b>
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	116.473	108.216
8.4.2 Lucros retidos	27.272	27.567
	<b>236.738</b>	<b>227.452</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

#### **1 Contexto operacional**

A Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com a finalidade específica de desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) usinas termoeletricas (“UTE”), denominadas “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste”, que em conjunto são denominadas (“UTES”), ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada prevista de 170,80 MWh cada. As UTEs receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica através das Portarias do MME nº 340, de 6 de dezembro de 2007, e nº 347, de 11 de dezembro de 2007, para a UTE Termoparaíba e a UTE Termonordeste, respectivamente. O início das operações ocorreu em 24 de dezembro de 2010 para a UTE Termonordeste e 13 de janeiro de 2011 para a UTE Termoparaíba.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Projetada s/n, Engenheiro Triunfo, Estrada do Aterro Sanitário Km 01, Distrito Industrial, CEP 58000-000, cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba.

As UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, esse custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário (“CVU”) declarado pela energia gerada.

Há dois tipos de receita nas UTEs:

Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.

Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTEs e valorada ao CVU: que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTEs, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

No exercício de 2023, a Companhia teve um aumento em sua receita e custo operacional em comparação com 2022. O principal fator para variação foi o despacho médio de 1,51% da capacidade instalada em 2023 frente a 0,6% realizado em 2022. O despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2024.

##### **1.1 Continuidade operacional da Companhia**

Em 31 de dezembro de 2024 ocorrerá a liquidação dos contratos de geração e venda de energia. Não estão previstas as renovações ou prorrogações das autorizações, bem como indenização dos investimentos realizados, assegurando-se o direito de remoção das instalações realizadas no final do período.

Entretanto, espera-se que a Companhia permaneça em plena capacidade operacional e financeira durante todo o exercício de 2024, apresentando lucro e índices financeiros positivos.

## **Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

## **2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

### **2.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023**

#### **(a) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas**

Mudanças climáticas podem afetar a Companhia no que tange mais demandas de despacho para geração de energia do que o esperado para o ano. A ocorrência ou não de chuvas, ventos e incidência de sol podem afetar outras empresas ligadas a geração de energia .

Neste contexto, a Companhia observa as variações para adotar estratégias na gestão do negócio como aquisições de matéria-prima, manutenções do processo produtivo entre outras. Relacionada a sua atividade individual a Companhia não vislumbra grandes impactos relacionado a mudanças climáticas.

#### **(b) Reforma Tributária sobre o consumo**

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

## **Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

#### **( c ) Impactos contábeis decorrentes de Guerras**

Os conflitos existentes na Europa, iniciado em 2022 entre Rússia e Ucrânia, e na Ásia, entre Israel e Hamas em 2023, têm gerado grandes impactos a economia mundial. A indisponibilidade de produtos fabricados naquelas regiões é um dos fatores mais relevantes que pode ser observado.

Entretanto, a Companhia não identificou nenhum pacto relevante para sua operação, tendo em vista que seus principais fornecedores das regiões citadas estão concentrados entre Itália e Alemanha.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

##### **(a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros**

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

##### **(b) Realização do Imposto de renda e contribuição social diferidos.**

Os passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos montam um saldo de R\$ 38.504 relacionadas a diferenças temporárias e da utilização da depreciação acelerada. A estimativa é que todo o saldo seja utilizado até o final do período de contrato de venda de energia em 31 de dezembro de 2024.

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

#### (c) Vida útil dos ativos (depreciação e amortização).

No início do exercício de 2020, a Companhia avaliou fatores internos e externos, incluindo aspectos mercadológicos e tendências de mercado para o setor. Alguns desses aspectos é de que a Administração não tem mais expectativa de participar de novos leilões no curto prazo, visto que os novos leilões de energia não contemplam fontes de combustível a óleo, que engloba concessionárias como a Companhia. Adicionalmente, as discussões em âmbitos regulatórios foram pautadas por temas como desconstrução antecipada das UTEs à óleo e renovações de térmicas à Gás Natural.

Neste cenário, em 2020 a Administração avaliou esses fatores e com base nos julgamentos baseados na última informação disponível e confiável obtidas no exercício considerou uma mudança da vida útil dos ativos depreciáveis. A Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização, qual seja, 31 de dezembro de 2024. Para maiores informações, consultar Nota Explicativa 6.6.

#### (d) Contas a receber.

A reconhecimento dos valores a receber é realizado por meio de provisões e posterior emissão de nota fiscal, embasadas por relatórios preliminares emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Após a liberação dos relatórios finais pelo órgão é realizada uma provisão complementar no mês subsequente e posteriormente o documento fiscal que formaliza a operação.

## 5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

### Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O “*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*”, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.
- **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de

## **Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos significativos para a Companhia.

## **6 Resumo das principais políticas contábeis materiais**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **6.1 Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica.

As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável, pela venda de energia elétrica, é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente.

#### ***Receita Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre***

Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

### **6.2 Subvenções governamentais (Lucro da exploração)**

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos. A Companhia possui direito à utilização do benefício até 31/12/2027, conforme Laudo Constitutivo nº 337/2018.

Em 2015, a Companhia passou a ter o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de empresas localizadas na região das extintas

## **Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução/isenção do Imposto de Renda de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de acordo com a atividade da Companhia. Para maiores detalhes, ver nota explicativa 22 - Patrimônio Líquido.

#### **6.3 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- i) Receita de juros;
- ii) Despesa de juros;
- iii) Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e;
- iv) Ganhos/ perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

#### **6.4 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Administração da Companhia conduziu análises referente ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

##### **a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.



## **Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### **b. *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### **6.5 Estoques**

O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável.

A Companhia verifica a utilização e necessidade dos itens para identificar possíveis perdas por danificações ou obsolescência.

#### **6.6 Imobilizado**

##### ***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

##### ***Custos subsequentes***

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

##### ***Depreciação***

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, e nos exercícios anteriores utilizou-se o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel. No início do exercício de 2020, a Companhia avaliou fatores internos e externos, incluindo aspectos mercadológicos e tendências de mercado para o setor. Alguns desses aspectos é de que a Administração não tem mais expectativa de

## **Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

participar de novos leilões no curto prazo, visto que os novos leilões de energia não contemplam fontes de combustível a óleo, que engloba concessionárias como a Companhia. Adicionalmente, as discussões em âmbitos regulatórios foram pautadas por temas como desconstrução antecipada das UTEs à óleo e renovações de térmicas a Gás Natural.

Neste cenário, em 2020 a Administração avaliou esses fatores e com base nos julgamentos baseados na última informação disponível e confiável obtidas no exercício considerou uma mudança da vida útil dos ativos depreciáveis. A Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização. A Administração levou em consideração as mudanças ocorridas no cenário econômico e de mercado como fatores determinante de mudança para o exercício, e efetuou a mudança prospectivamente para as demonstrações financeiras.

A depreciação é reconhecida no resultado.

Nos exercícios anteriores as vidas úteis dos itens do imobilizado em construção eram determinadas à medida que a construção fosse finalizada e o início das operações seja definido, com a mudanças das premissas de depreciação, todos os Ativos passaram a ter vida útil limitada a, no máximo, 15 anos, com término ao final de 2024, considerando o período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, momento no qual as UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica, conforme Nota Explicativa 4 (c).

#### **6.7 Intangível**

##### ***Reconhecimento e mensuração***

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões e *softwares*. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

##### ***Gastos subsequentes***

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

##### ***Amortização***

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustadas caso seja apropriado. O prazos estimados de amortização do intangível estão entre 5 e 10 anos, observando a limitação até o final da autorização.

#### **6.8 Ativos financeiros**

##### ***Classificação***

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

## **Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- . Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante.
- . Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

### ***Reconhecimento e desreconhecimento***

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

### ***Mensuração***

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

### ***Instrumentos de dívida***

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

- Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

### **Impairment**

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

### **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

## **6.9 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

## **Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

#### **6.10 Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

##### ***Ativos financeiros não-derivativos***

O CPC 47 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

##### ***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado***

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

##### ***Ativos não financeiros***

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

#### 6.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

#### 6.12 Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 e o ICPC 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de “reserva para proposta de dividendos propostos”, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediário apurado através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários na data-base de 30 de junho só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

#### 6.13 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação adicional, requerido como parte das demonstrações financeiras de companhias abertas.

### 7 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Bancos e contas correntes	300	6.220
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	242.776	292.962
	<b><u>243.076</u></b>	<b><u>299.182</u></b>

- (a) **Aplicações financeiras de curto prazo** – Substancialmente são remuneradas diariamente através de uma aplicação em operações com Certificado de Depósito Bancário – CDB, com rentabilidade entre 98% e 103% do CDI (entre 99% e 102% do CDI em 2022), com prazo de resgate em até 60 dias. Os valores possuem natureza de reserva de caixa e não de investimento financeiro.

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### 8 Consumidores, concessionárias e permissionárias

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Operações realizadas na CCEE (a)	942	691
Concessionárias e permissionárias – Partes relacionadas (b)	11.929	7.383
Concessionárias e permissionárias (b)	<u>65.646</u>	<u>34.496</u>
	78.517	42.570
Perda esperada de liquidação duvidosa (c)	<u>(5)</u>	<u>(148)</u>
	<b><u>78.512</u></b>	<b><u>42.422</u></b>

A Companhia possui cronograma de recebimento de 45 dias, dessa forma não possui títulos vencidos não considerados nas perdas esperadas.

- (a) **Operações realizadas na CCEE** - Corresponde a operações realizadas no curto prazo nas seguintes configurações:
- Revenda da compra de energia no mercado Spot para repor garantia de disponibilidade prevista em contrato de concessão;
  - Operação em modo de inflexibilidade também prevista no contrato de concessão;
  - Despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa disposta na Resolução Normativa ANEEL 822/2018.
- (b) **Concessionárias e permissionárias** - Referem-se basicamente a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a concessionárias e permissionárias, transações efetuadas, principalmente com Companhias fora do Grupo CPFL Energia.

A perda esperada considera estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas com clientes contratuais, e as perdas com clientes não contratuais já estão reconhecidas.

#### Movimentação na provisão para perda ao valor recuperável

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(148)</b>	<b>(153)</b>
Reversão	152	9
Adição	(9)	(4)
Baixas	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Saldo final do exercício</b>	<b><u>(5)</u></b>	<b><u>(148)</u></b>

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### 9 Tributos a compensar

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Programa de integração social - PIS (a)	3.202	2.976
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (a)	4.162	3.082
Créditos de ICMS - Aquisição de combustível (b)	10.822	4.577
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	<u>10.265</u>	<u>6.643</u>
	<b><u>28.451</u></b>	<b><u>17.278</u></b>

- (a) **PIS/COFINS a compensar** - Estão relacionados à créditos das contribuições sociais do PIS/PASEP e da COFINS. A expectativa da Administração é de que sejam realizados ao longo do exercício de 2024;
- (b) **Créditos de ICMS - Aquisição de combustível** - Refere-se ao crédito de ICMS oriundo da operação de compra de matéria prima (combustível) beneficiada por Regime Especial de Tributação. Na emissão da nota fiscal de compra a alíquota de ICMS utilizada corresponde a 18% (dezoito por cento), sem observar o benefício fiscal da Companhia. Tal situação ocorre devido a limitações de ajuste no ERP da VIBRA (Fornecedor) utilizado para realizar a operação. A Companhia vem alternativamente requerendo a restituição da parte incentivada de 10% (dez por cento) do ICMS por substituição tributária, cujos créditos obtidos são registrados somente após a homologação na Secretaria da Fazenda (SEFAZ) da Paraíba e são compensados com o fornecedor.

#### 10 Impostos fiscais correntes

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Ativo</b>		
Imposto de renda - IRPJ	7.265	7.034
Contribuição social - CSLL	6.418	6.223
	<u>13.683</u>	<u>13.257</u>
<b>Passivo</b>		
Imposto de renda - IRPJ	(36.382)	(38.614)
Contribuição social - CSLL	<u>(22.885)</u>	<u>(23.010)</u>
	<u>(59.267)</u>	<u>(61.624)</u>
	<b><u>(45.584)</u></b>	<b><u>(48.368)</u></b>

Os valores contabilizados no Ativo referem-se a pagamentos de IRPJ e CSLL antecipados em 2023, ou retidos da Companhia em exercícios anteriores que não foram utilizados para compensação de outros impostos através de PER/DCOMP, mas que serão compensados em 2024.



## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### 11 Estoques

	2023	2022
Insumos para produção de energia	25.823	32.390
Peças e materiais de manutenção periódica	14.808	21.218
Outros (a)	199	1.173
	<u>40.830</u>	<u>54.781</u>

Os estoques da Companhia são representados, em sua maioria, pelos insumos utilizados na produção de energia (óleo lubrificante, diesel e OCB1). Os demais referem-se às peças utilizadas para a manutenção periódica e preventiva de suas máquinas e equipamentos, além de matéria prima.

A rubrica Outros (a) são contabilizados os gastos atrelados aos processos de importação de materiais e referem-se a mercadorias em trânsito. São registradas as compras de materiais importados no momento que estão disponíveis para coleta e transporte quando este for de responsabilidade da Companhia, mesmo que em solo estrangeiro.

A administração não identificou fatores de obsolescência sobre os estoques.

#### 12 Outros créditos

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamentos – fornecedores (a)	1.218	658	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados (b)	2.517	2.725	-	196
Ordens em curso (c)	4.402	17.052	-	-
Despesas antecipadas (d)	1.998	1.498	1.412	2.324
Outros	545	1.735	-	-
	<u>10.680</u>	<u>23.668</u>	<u>1.412</u>	<u>2.520</u>

- (a) **Adiantamentos a fornecedores** - Compreendem valores adiantados a fornecedores referente a compra de materiais para manutenção das usinas.
- (b) **Cauções, fundos e depósitos vinculados** – Valor composto, principalmente, por garantia financeira de pagamento de encargos (CUST) correspondente a ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) referente a encargos de utilização do sistema de transmissão.
- (c) **Ordens em curso** - Compreendem gastos reembolsáveis bem como gastos com projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), instituído pelas Resoluções Normativas ANEEL n.º 316/2008 e 504/2012, que após o encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 20). No exercício de 2023 houve o encerramento de alguns projetos. A previsão da administração é que os demais projetos sejam concluídos no exercício de 2024.

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

- (d) **Despesas antecipadas** – Compreendem seguros da Companhia e valores antecipados a título de FEEF (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal) para obter liberação das parcelas de ressarcimento de ICMS, vide Nota Explicativa 10.

### 13 Imobilizado

	Edificações obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>15.892</b>	<b>246.460</b>	<b>293</b>	<b>175</b>	<b>6.063</b>	<b>268.882</b>
Adições	-	-	-	-	1.204	1.204
Transferências	94	4.815	-	-	(88)	(88)
Depreciação	(5.302)	(83.172)	(103)	(58)	(4.909)	-
Baixa da depreciação	-	-	-	-	-	(88.634)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>10.684</b>	<b>168.103</b>	<b>190</b>	<b>117</b>	<b>2.270</b>	<b>181.364</b>
Adições	-	-	-	-	120	120
Baixas	(138)	-	-	-	(67)	(205)
Transferências	154	376	-	-	(528)	-
Depreciação	(5.368)	(84.741)	(103)	(58)	-	(90.270)
Baixa da depreciação	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>5.332</b>	<b>83.738</b>	<b>87</b>	<b>59</b>	<b>1.796</b>	<b>91.011</b>
Custo histórico	36.277	673.560	344	588		
Depreciação acumulada	(30.944)	(584.480)	(258)	(529)		
<b>Taxa média de depreciação</b>	<b>14,80%</b>	<b>12,58%</b>	<b>30,00%</b>	<b>9,82%</b>		

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, entre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de desvalorização dos ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

Considerando o que predispõe o CPC 27 onde a vida útil de um ativo pode ser menor do que a sua vida econômica, no exercício de 2020, a Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos Ativos à vida útil econômica do Empreendimento. A perspectiva do ajuste das taxas de Depreciação considerou aspectos mercadológicos, sendo: i) os últimos leilões de energia não contemplaram fontes de combustível

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

à óleo, e ii) o tema predominante nas discussões regulatórias é acerca da renovação térmica à Gás Natural. Neste sentido, a Companhia realiza a depreciação dos ativos de modo que esteja completa na mesma data de encerramento da vida útil econômica do empreendimento, qual seja, em 31 de dezembro de 2024.

#### 14 Intangível

A movimentação do intangível, composto apenas por *Softwares*, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	<b>Valor</b>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b><u>7.407</u></b>
Adição	419
Transferência	-
Amortização	(2.689)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b><u>5.137</u></b>
Adição	59
Transferência	-
Amortização	(2.386)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b><u>2.809</u></b>
Custo histórico	33.689
Amortização acumulada	(31.303)

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, entre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

#### 15 Fornecedores

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Suprimento de energia elétrica	475	365
Encargos de uso da rede elétrica	2.279	2.228
Materiais e serviços	<u>2.510</u>	<u>3.894</u>
	<b><u>5.264</u></b>	<b><u>6.487</u></b>

Em virtude da baixa geração no exercício de 2023, cenário equivalente a 2022, o saldo do grupo refere-se às operações rotineiras da Companhia.

**Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA****Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

**16 Taxas e contribuições**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	22	35
Programa de integração social – PIS	598	320
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.776	1.509
Outros	456	907
	<u><b>3.852</b></u>	<u><b>2.771</b></u>

**17 Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e depósitos judiciais**

	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
	<b>Provisões para riscos fiscais, cíveis e Trabalhistas</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</b>	<b>Depósitos judiciais</b>
Trabalhista	-	13	-	12
Cíveis	-	13	-	-
Fiscais	750	-	750	-
Outros	-	-	-	-
	<u><b>750</b></u>	<u><b>26</b></u>	<u><b>750</b></u>	<u><b>12</b></u>

As movimentações das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas estão demonstradas a seguir:

	<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversões</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>
Trabalhistas	-	-	-	-	-
Cíveis	-	-	-	-	-
Fiscais	750	-	-	-	750
	<u><b>750</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>750</b></u>
	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversões</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
Trabalhistas	-	-	-	-	-
Cíveis	50	-	(50)	-	-
Fiscais	750	-	-	-	750
	<u><b>800</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>(50)</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>750</b></u>

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia.

Perdas possíveis - A Companhia tem outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para estes. Essas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre estas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis da Companhia estão assim representadas: i) trabalhistas R\$ 908 (R\$ 440 em 31 de dezembro de 2022), ii) cíveis R\$ 926 (R\$ 1.021 em 31 de dezembro de 2022), iii) fiscais R\$ 0 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

#### 18 Outras contas a pagar

	Circulante		Não circulante	
	2023	2022	2023	2022
Consumidores e concessionárias (a)	3	43	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (b)	8.192	20.416	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	174	100	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	87	50	-	-
Folha de pagamento	338	565	-	-
Participação nos lucros (c)	2.151	2.526	-	-
Outros	1.010	503	-	52
	<u>11.955</u>	<u>24.203</u>	<u>-</u>	<u>52</u>

**(a) Consumidores e concessionárias** - Refere-se, basicamente, à obrigação de ressarcimento às distribuidoras por conta da insuficiência na geração de energia elétrica.

**(b) Programas de pesquisa e desenvolvimento** - A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

**(c) Participação nos lucros** – Refere-se a provisões para pagamento de participação nos lucros a colaboradores e diretoria.

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### 19 Débitos fiscais diferidos

##### 19.1 Composição dos débitos fiscais

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Crédito (débito) de contribuição social		
Diferenças temporariamente indedutíveis (i)	(7.911)	(7.918)
Adição – Depreciação Acelerada (ii)	<u>15.415</u>	<u>22.411</u>
Subtotal	7.504	14.493
Crédito (débito) de imposto de renda		
Diferenças temporariamente indedutíveis (i)	(11.754)	(11.774)
Adição – Depreciação Acelerada (ii)	<u>42.754</u>	<u>62.190</u>
Subtotal	<u>31.000</u>	<u>50.416</u>
	<b><u>38.504</u></b>	<b><u>64.909</u></b>

- (i) O diferido é composto despesas temporariamente indedutíveis como a parcela diferida das provisões e reversões de: contingências, participação nos lucros e resultados dos colaboradores, perda por redução ao valor recuperável do contas a receber e ganho/ perda de operações com moeda estrangeira.
- (ii) Adição – Depreciação Acelerada corresponde a parcela adicionada a base de cálculo dos impostos. Até o ano de 2020 a Companhia utilizava o benefício da exclusão de uma parcela adicional de depreciação em virtude do funcionamento ininterrupto dos ativos no seu processo produtivo.

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### 19.2 Reconciliação dos montantes da contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2023 e 2022

	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	176.553	176.553	167.242	167.242
Alíquotas fiscais	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas fiscais combinadas	44.138	15.900	41.810	15.052
Adições temporárias e permanentes:	81.465	80.234	102.203	99.695
Exclusões temporárias e permanentes	(2.503)	(2.503)	(11.268)	(11.268)
Base de Cálculo Antes da Compensação	<b>255.515</b>	<b>254.284</b>	<b>258.177</b>	<b>255.669</b>
Compensação de 30% prejuízos fiscais	-	-	-	-
Base de cálculo após compensação	255.515	254.284	258.177	255.669
Imposto de renda devido	38.327	-	38.726	-
Adicional de 10% cálculo do imposto de renda	25.528	-	25.793	-
Isenção do incentivo do PAT	(201)	-	(201)	-
Efeito do lucro da exploração	(27.272)	-	(25.932)	-
Contribuição social devida	-	22.885	-	23.012
Outras estimativas e compensações	-	-	-	-
IRPJ/CSLL Diferido	(19.455)	(7.004)	(22.021)	(7.927)
<b>Imposto de Renda e Contribuição no Resultado</b>	<b>(16.927)</b>	<b>(15.882)</b>	<b>(16.373)</b>	<b>(15.085)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>10%</b>	<b>9%</b>	<b>10%</b>	<b>9%</b>

#### 20 Patrimônio líquido

##### a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 61.413, correspondente a 95.420.898 ações ordinárias, conforme quadro abaixo:

Acionistas	Ações	Participação - %
CPFL Geração de Energia S/A	50.900.370	53,343
EBrasil Gás e Energia S/A	39.756.163	41,664
OZ&M Incorporação, Participação Ltda.	2.417.011	2,533
Aruaná Energia S/A	2.347.354	2,460
Total	<u>95.420.898</u>	<u>100,000</u>

Em 2023 houve a redução do capital social e da cotas de participação no total de R\$ 100.000 e 32.167.251, respectivamente, aprovada em assembléia extraordinária realizada em 03/02/2023.

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### b. Reserva legal

Com a redução do capital social e cotas em 2023, o montante da reserva legal contabilizado estava maior que o permitido pela legislação brasileira (Art. 193 da Lei 6.404), o qual determina que a constituição da reserva legal não deverá exceder 20% do capital social da entidade. Desta forma foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de julho de 2023, a criação de uma reserva estatutária para a transferência do montante de R\$ 32.000 da reserva legal e posterior distribuição aos acionistas conforme o percentual de participação individual.

#### c. Destinação do lucro líquido do exercício

Ao final de cada exercício social, o lucro terá as seguintes destinações:

5% para reserva legal, até o limite de 20% do capital social.

25% do lucro líquido do exercício, estipulado de acordo com o artigo 202 da lei das sociedades anônimas, para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

O saldo será destinado conforme deliberação da assembleia geral.

Para os exercícios de 2023 e 2022, a Administração da Companhia propôs que os lucros dos exercícios nos montantes de R\$ 143.745 e R\$ 135.783, respectivamente, fossem destinados da seguinte forma:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Lucro líquido do exercício	143.745	135.783
(-) Constituição de reserva legal	-	-
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro de exploração (vide nota 23.c)	<u>(27.272)</u>	<u>(27.567)</u>
<b>(=) Base total dos dividendos</b>	<b><u>116.473</u></b>	<b><u>108.216</u></b>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>29.118</u>	<u>27.054</u>
Dividendos antecipadamente distribuídos (1º semestre)	56.018	64.794
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	<u>31.337</u>	<u>16.368</u>
<b>Total - Base de dividendos</b>	<b><u>116.473</u></b>	<b><u>108.216</u></b>

Ainda no exercício de 2023, foi distribuído o montante de R\$ 56.018 (R\$ 0,59 por ação) referente a proposta de antecipação de dividendos do exercício de 2023 com base no resultado auferido até 30 de junho de 2023. O pagamento dos dividendos adicionais propostos será distribuídos após deliberação em Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá em Abril/2024.

A título de distribuição de dividendos de exercício anterior, foi distribuído o montante de R\$ 43.422. Houve constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais futuros no montante de R\$ 60.455, os quais foram propostos pelo conselho de administração. Os mesmos não foram reconhecidos como passivos.



## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### d. Reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia se beneficiou do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ apurado com base no lucro da exploração, suportada pelo Laudo Constitutivo nº 0337/2018, expedido pelo Ministério da Integração Nacional (MI). Esse incentivo foi creditado ao resultado em contrapartida ao imposto devido para recolhimento.

Nos termos da legislação vigente, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução do imposto devido não poderá ser distribuído aos acionistas, sendo objeto de constituição de reserva no patrimônio líquido, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

#### 21 Receita operacional líquida

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>		
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	388.400	341.604
Energia elétrica de curto prazo	<u>4.934</u>	<u>6.106</u>
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b><u>393.334</u></b>	<b><u>347.710</u></b>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
PIS	(6.490)	(5.737)
COFINS	(29.894)	(26.426)
Programa de P&D e eficiência energética	(3.534)	(3.124)
Taxa de fiscalização	<u>(1.285)</u>	<u>(1.164)</u>
	<u>(41.203)</u>	<u>(36.451)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>352.131</u></b>	<b><u>311.259</u></b>

O aumento na receita é explicado pelos despachos para geração de energia no último trimestre de 2023, tendo a receita fixa como principal fonte e incremento da receita variável.

O despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS). A receita fixa é recebida em função da disponibilidade da Companhia para o sistema elétrico.

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### 22 Custo com energia elétrica

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Energia comprada para revenda</b>		
Energia adquirida de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	(5.432)	(4.510)
(-) Crédito de PIS e COFINS	<u>502</u>	<u>417</u>
Subtotal	<u>(4.930)</u>	<u>(4.093)</u>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>		
Encargos da rede básica	(25.980)	(24.327)
Encargos de conexão	(815)	(801)
(-) Crédito de PIS e COFINS	<u>2.479</u>	<u>2.321</u>
Subtotal	<u>(24.316)</u>	<u>(22.807)</u>
<b>Total custo de energia elétrica</b>	<b><u>(29.244)</u></b>	<b><u>(26.900)</u></b>

Atualmente, a compra de energia é necessária, principalmente, para suprir as perdas inerente ao processo produtivo e assim atender a demanda, procedimento muito comum no setor elétrico.

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### 23 Custos e despesas operacionais

	Custo de operação		PECLD		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	(14.794)	(14.455)	-	-	(8.442)	(8.290)	-	-	(23.236)	(22.745)
Material	(45.153)	(14.712)	-	-	1.250	(190)	-	-	(43.903)	(14.902)
Serviços de terceiros	(11.904)	(13.976)	-	-	(597)	(1.179)	-	-	(12.501)	(15.155)
Depreciação e amortização	(90.798)	(89.266)	-	-	(1.892)	(2.056)	-	-	(92.690)	(91.322)
Taxa de Arrecadação	-	-	-	-	-	-	(191)	(182)	(191)	(182)
Provisão para perdas do contas a receber	-	-	13	11	-	-	-	-	13	11
Aluguéis	(66)	(65)	-	-	-	-	-	-	(66)	(65)
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	(106)	(55)	-	-	(106)	(55)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	(5)	24	-	-	(5)	24
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros ativos não circulantes	-	-	-	-	-	-	(119)	27	(119)	27
Outros	(2.998)	(2.506)	-	-	(94)	(154)	-	-	(3.093)	(2.660)
<b>Total</b>	<b>(165.713)</b>	<b>(134.980)</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>(9.887)</b>	<b>(11.900)</b>	<b>(310)</b>	<b>(155)</b>	<b>(175.897)</b>	<b>(147.024)</b>

No último trimestre de 2023 a Companhia recebeu alguns despachos para geração de energia, o que impactou de forma relevante o custo com materiais em comparação com o exercício de 2022.

**Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA****Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

**24 Resultado financeiro**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendas de aplicações financeiras	31.169	33.591
Acréscimos e multas moratórias	-	188
Atualização de créditos fiscais	348	203
Atualizações monetárias e cambiais	229	2.134
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.482)	(1.390)
Outros	123	139
	<u>30.387</u>	<u>34.865</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos de dívidas	-	(3.428)
Atualizações monetárias e cambiais	(334)	(1.153)
Outros	(490)	(377)
	<u>(824)</u>	<u>(4.958)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><b>29.563</b></u>	<u><b>29.907</b></u>

**25 Transações com partes relacionadas**

A Companhia tem como um dos acionistas a CPFL Geração de Energia S.A. e é indiretamente controlada em conjunto, na proporção de 53,34% (53,34% em 31 de dezembro de 2022) pela CPFL Energia S.A.

Os demais acionistas que representam 46,66% (46,66% em 31 de dezembro de 2022) são:

**(i) EBRASIL Gás e Energia S.A.**

A EBRASIL Gás e Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado. Atualmente é um dos principais grupos privados de geração de energia térmica do país. A empresa tem ao longo dos anos ampliado suas ações integrativas focadas na responsabilidade social e comprometida com o meio ambiente e com as pessoas. Fundada em 2002, com a inauguração de sua primeira usina termelétrica no estado de Pernambuco, o grupo conseguiu, a partir de uma gestão eficiente e planejamento estratégico, expandir seu cluster energético.

Atualmente, o Grupo EBRASIL possui quatro usinas que são capazes de suprir 20% da demanda de energia do nordeste do país, instaladas nos estados de Pernambuco, Paraíba e Sergipe.

**(ii) Aruanã Energia S.A. (“ONCORP”)**

A Aruanã Energia S.A. é uma holding brasileira atuante nos mercados do Brasil e da Argentina, principalmente no setor de produção e serviços de geração de energia termelétrica independente. Desde 2002, as empresas voltadas ao setor energético que compõe a OnCorp, contribuem em cinco grandes projetos do Sistema Interligado de Energia Nacional, através da geração de mais de 600 MW/mês, distribuídos pelo território brasileiro através do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). A Companhia é controlada por Adriana Becker Lima e João Guilherme Cavalcanti Gomes de Mattos.

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### (iii) OZ&M Incorporação, Participação Ltda.

A Empresa tem como objeto as atividades de construção civil em geral; elaboração e execução de projetos e cálculos de engenharia, projetos e serviços de instalações elétricas, hidro-sanitárias e telefônicas; incorporação e comercialização de imóveis próprios; comércio, representações e locação de materiais e equipamentos ligados às suas atividades industriais; prestação de serviços técnicos e locação de mão-de-obra especializada. A Companhia é controlada por Marcos Vital Naves de Alcântara e Bruno Santos Oliveira.

Foram consideradas como partes relacionadas as transações com os acionistas e Companhias do Grupo CPFL Energia, e em 2023 não houve transações com os demais acionistas citados acima. Os saldos e as transações envolvendo partes relacionadas estão demonstrados no quadro abaixo.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

Venda de energia - Refere-se basicamente à venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Companhia como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas preestabelecidas pela Administração da Companhia.

Prestação de serviços - Refere-se a serviços de apoio administrativo, tecnologia de informação e recursos humanos.

Remuneração do pessoal chave - A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2023, conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - 05 (R1), foi de R\$ 4.107 (R\$ 4.696 em 2022). Este valor é composto por R\$ 3.962 (R\$ 4.572 em 2022) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 146 (R\$ 124 em 2022) de benefícios pós-emprego, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência. Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa

Empresas	Despesas	
	2023	2022
Araraquara Transmissora de Energia S.A.	(22)	(21)
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil Ltda.	(5)	(6)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A	(545)	(561)
Canarana Transmissoras de Energia S.A	(54)	(55)
Catxerê Transmissora de Energia S.A.	(52)	(52)
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	(11)	-
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(116)	(124)
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.	(45)	(48)
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A	(99)	(88)
Iracema Transmissora de Energia S.A.	(30)	(24)
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	(130)	(156)
Linhas de Transmissão de Montes Claros S/A.	(35)	(35)
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.	(46)	(46)
Luiziânia-Niquelândia Transmissora S.A.	(4)	(4)
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.	(5)	(5)
Matrincha Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A	(192)	(195)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A	(121)	(129)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A	(341)	(349)
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.	(28)	(37)
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A	(70)	(83)
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.	(34)	(34)
Serra de Mesa Transmissora de Energia S.A	(85)	(113)
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A	(33)	(33)

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<b>Despesas</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Empresas</b>		
Xingu Rio Transmissora de energia S.A	(1.141)	(1.158)
	<b>Receitas</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Empresas</b>		
Companhia Jaguari de Energia	736	395
Companhia Paulista de Força e Luz	66.141	35.431
Companhia Piratininga de Força e Luz	51.090	27.369
RGE Sul Distribuidora de Energia S/A	3.465	3.054
Rio Grande Energia	2.236	-

## 26 Seguros

<b>Descrição</b>	<b>Ramo da apólice</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	334.700	299.400
Automóveis	Cobertura abrangente	2.100	1.530
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica, vidas em grupo e acidentes	25.000	25.000
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	1.050	3.921
		<b>362.850</b>	<b>329.851</b>

## 27 Instrumentos financeiros

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Administração da Companhia não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicações de caráter especulativo.

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Companhia são como segue:

	Mensuração	Nível Hierarquia (*)	2023		2022	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	(2)	Nível 2 (**)	243.076	243.076	299.182	299.182
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1)	Nível 1	78.512	78.512	42.422	42.422
Outros créditos	(1)	Nível 1	12.092	12.092	26.189	26.189
			<u>333.680</u>	<u>333.680</u>	<u>367.793</u>	<u>367.793</u>
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	(1)	Nível 1	5.264	5.264	6.486	6.486
Empréstimos e financiamentos principal e encargos	(2)	Nível 2 (**)	-	-	-	-
Outras contas a pagar	(1)	Nível 1	11.955	11.955	24.255	24.255
			<u>17.218</u>	<u>17.218</u>	<u>30.741</u>	<u>30.741</u>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com CPC 40 (R1).

#### Mensuração:

(1) - Mensurado ao valor justo; e (2) - Mensurado ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras, devido à natureza destes saldos, são:

Ativos financeiros: A conta de consumidores, concessionárias e permissionárias e outros créditos são ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Não existe divergência entre valores contábeis e valor justo.

Passivos financeiros: Fornecedores e outras contas a pagar são classificados como outros passivos financeiros e não há divergência relevante entre valores contábeis e valor justo.

#### a. Hierarquia para valorização dos instrumentos financeiros

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

#### b. Análise de sensibilidade

Em consonância com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, que no caso da Companhia é representado pela variação das taxas de juros, conforme demonstrado:

## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### Variação das taxas de juros

- (i) Com o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 seja mantido; e
- (ii) Com os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI 11,65% a.a. - TJLP 6,55% a.a.).

Os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para o próximo exercício social seria uma receita financeira de R\$ 27.674 (receita de CDI). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor do resultado financeiro seria impactado da seguinte maneira:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (a)	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Instrumentos financeiros ativos	243.076	Baixa CDI	28.318	35.398	42.477
<b>Total</b>	<b>243.076</b>		<b>28.318</b>	<b>35.398</b>	<b>42.477</b>

- (b) Efeitos no resultado abrangente acumulado

Efeitos no resultado do período

Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

#### c. Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não derivativos, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deva liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores EPE / FNDCT / PROCEL	16	4.778 261	12 522	- 2.351	- 6.268	- -	- -	4.790 9.402
<b>Total</b>		<b>5.039</b>	<b>534</b>	<b>2.351</b>	<b>6.268</b>			<b>14.192</b>

  

31/12/2022	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores EPE / FNDCT / PROCEL	16	6.487 151	- 301	- 1.356	- 3.616	- -	- -	6.487 5.424
<b>Total</b>		<b>6.638</b>	<b>301</b>	<b>1.356</b>	<b>3.616</b>			<b>11.911</b>



## Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### 28 Gestão de riscos

Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica. A Companhia tem seus principais riscos reportados e monitorados por seus Conselhos Fiscal e de Administração. Vislumbra-se como principal fator de risco de mercado que afeta os negócios:

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

#### 29 Compromissos assumidos

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra são como segue:

<b>Obrigações Contratuais em 31/12/2023</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>1-3 Anos</b>	<b>4-5 Anos</b>	<b>Mais de 5 Anos</b>	<b>Total</b>
Fornecedores de materiais e serviços	2.509	-	-	-	2.509
Encargos de Transmissão e Distribuição	<u>2.754</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.754</u>
<b>Total</b>	<b><u>5.263</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>5.263</u></b>
<b>Obrigações Contratuais em 31/12/2022</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>1-3 Anos</b>	<b>4-5 Anos</b>	<b>Mais de 5 Anos</b>	<b>Total</b>
Fornecedores de materiais e serviços	3.893	-	-	-	3.893
Encargos de Transmissão e Distribuição	<u>2.594</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.594</u>
<b>Total</b>	<b><u>6.487</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>6.487</u></b>

\* \* \*

José Ferreira Abdal Neto  
**Diretor Presidente**

Ricardo Idê Kintschner  
**Diretor Financeiro**

Renato Barros Pinheiro  
**Contador**

Certificate Of Completion

Envelope Id: F10F2D0B917A46AFA2A85FE02AA7235C Status: Completed
Subject: Complete with DocuSign: Relatório\_EPASA23.DEZ (1).pdf
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
Source Envelope:
Document Pages: 41 Signatures: 1 Envelope Originator:
Certificate Pages: 2 Initials: 0 Eduardo Teixeira
AutoNav: Enabled Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
Envelopeld Stamping: Enabled andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
Time Zone: (UTC-03:00) Brasília São Paulo, São Paulo 04538-132
eduardo.teixeira@pwc.com
IP Address: 134.238.160.170

Record Tracking

Status: Original Holder: Eduardo Teixeira Location: DocuSign
15 February 2024 | 18:32 eduardo.teixeira@pwc.com
Status: Original Holder: CEDOC Brasil Location: DocuSign
15 February 2024 | 20:09 BR\_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team
@pwc.com

Signer Events

Patricia Seoane
patricia.seoane@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate
Signature Provider Details:
Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC SERASA RFB v5
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:
Patricia Seoane
E140325D97B44FF...
Signature Adoption: Drawn on Device
Using IP Address: 134.238.159.64

Timestamp

Sent: 15 February 2024 | 18:33
Viewed: 15 February 2024 | 20:07
Signed: 15 February 2024 | 20:09

In Person Signer Events Signature Timestamp

Editor Delivery Events Status Timestamp

Agent Delivery Events Status Timestamp

Intermediary Delivery Events Status Timestamp

Certified Delivery Events Status Timestamp

Carbon Copy Events Status Timestamp

Eduardo Teixeira
eduardo.teixeira@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None)
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign
COPIED
Sent: 15 February 2024 | 20:09
Viewed: 15 February 2024 | 20:09
Signed: 15 February 2024 | 20:09

Witness Events Signature Timestamp

Notary Events Signature Timestamp

<b>Envelope Summary Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	15 February 2024   18:33
Certified Delivered	Security Checked	15 February 2024   20:07
Signing Complete	Security Checked	15 February 2024   20:09
Completed	Security Checked	15 February 2024   20:09

<b>Payment Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
-----------------------	---------------	-------------------